

Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2019 Atualização da 02/2014

Define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento por procedimento simplificado e informatizado, bem como autorizações (Supressão de vegetação nativa, Corte de árvores isoladas e Intervenção em APP).

Decreto Estadual nº 60.329/2014

Via Rápida Ambiental – VRA

O licenciamento ambiental simplificado e informatizado de atividades e empreendimentos que potencialmente acarretam baixo impacto ambiental .

Baixo impacto definido pelo CONSEMA

Deliberações Normativas CONSEMA

01/2014

Fixa tipologia para o licenciamento ambiental municipal.

02/2014

Define atividades de baixo impacto ambiental.

01/2016

Estações Elevatórias de Esgoto.

Deliberação Normativa 01/2018

*Ajuste da 01/2014 para
Intervenção e Corte de vegetação*

Necessidade de Atualização das Deliberações Consema Normativas 02/2014 e 01/2016

Alterações na 01/2019

1. Inclusão da relação de atividades e autorizações.

2. Autorizações Excluídas

Obras em áreas de risco solicitadas por Prefeitura / Defesa Civil.
Contemplada na Lei federal 12.651/2012 – Cód. Florestal.

Recuperação de APP com o plantio de espécies nativas arbóreas, uma vez que essa intervenção está dispensada de autorização pela Resolução SMA 32/2014 e já existe o sistema SARE para o cadastro dessa intervenção.

Alterações na 01/2019

2. Autorizações Excluídas (cont.)

Movimentação de solo em APA para adequação topográfica em área igual ou inferior a 10.000 m², localizada em área urbana, fora de APP e sem supressão de vegetação nativa. Deve retornar ao rito ordinário, pela dificuldade do sistema em dar ciência aos gestores das UCs.

Remoção de vegetação exótica em APP, desde que não haja supressão de vegetação nativa, para a recuperação da APP com espécies nativas, em áreas com declividade de até 25 graus e para a retirada de espécies exóticas invasoras para manutenção de plantios já efetuados. Essas intervenções estão dispensadas de autorização pela Resolução SMA 32/2014.

Proposta de Emendas

Alteração no Art. 3º - Poderão ser autorizadas pela CETESB, por meio de procedimento simplificado e informatizado, a supressão de vegetação nativa, o corte de árvores isoladas e a intervenção em área de preservação permanente nas hipóteses descritas no item III do Anexo Único desta deliberação, **desde que o pedido não seja objeto de Auto de Infração Ambiental.**

Art. 4º - Esta deliberação entrará em vigor **30 dias após** sua publicação, ficando revogadas as Deliberações CONSEMA Normativas nº 02/2014 e nº 01/2016.